

# Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

**Vera Rotta**

Secretária executiva da CEMDP.

Coordenadora do projeto Direito à Memória e à Verdade da SEDH/PR.

O artigo apresenta a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos

Políticos e a promulgação da Lei n. 9140 de 04 de dezembro de 1995, que estabeleceu condições para a reparação moral e a indenização financeira a pessoas e familiares atingidos pela repressão política durante a ditadura militar no Brasil.

*Palavras-chaves: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, ditadura militar, direitos humanos*

## Vida!

The article introduces the creation of the Special Commission on the Political Dead and Disappeared and the promulgation of the law n. 9140, dated on December, 4<sup>th</sup>, 1995, which established the conditions for moral and financial compensation to people and relatives affected/hit by the political repression during the military dictatorship in Brazil.

*Key words: Special Commission on the Political Dead and Disappeared, military dictatorship, human rights*

A Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995, criada depois de uma intensa luta de quase cinco anos no Congresso Nacional, estabeleceu condições para a reparação moral das pessoas mortas por motivos políticos durante a ditadura militar, bem como a indenização financeira dos seus famili-

ares. Ao realizar esse reconhecimento legal, o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade pelo sequestro, prisão, tortura, desaparecimento forçado e morte de todas essas pessoas. Assumiu também a condenação das violações dos direitos humanos praticadas pela ditadura militar, inclusive em função de suas conexões

com os aparelhos repressivos de outros regimes ditatoriais então existentes na América Latina.

Ao ser promulgada a lei, reconheceu de imediato, como mortos, 136 desaparecidos políticos constantes do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, organizado pelas entidades de familiares e por militantes dos direitos humanos, como resultado de mais de 25 anos de buscas. Criou também a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) – atualmente vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - para analisar, caso a caso, denúncias sobre outras mortes não naturais, com motivação política, ocorridas entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

A CEMDP foi criada com três tarefas: reconhecer formalmente caso por caso, aprovar a reparação indenizatória e buscar a localização dos restos mortais que nunca foram entregues para sepultamento. Formada por representantes de órgãos do governo, das forças armadas, do ministério público federal, dos familiares dos mortos e desaparecidos e da Câmara dos Deputados, a Comissão analisou, investigou e julgou 339 casos, garantindo a indenização de 221, além dos 136 já constantes no anexo da Lei. 118 casos foram indeferidos. O levantamento de informações foi feito por familiares e advogados, com base em depoimentos de outros presos, de agentes do Estado, de pessoas envolvidas no processo de repressão e também com base em documentos encontrados em arquivos públi-

cos, abertos à consulta. As indenizações foram de, no mínimo, R\$ 100 mil, e a maior delas, de R\$ 152.250,00, paga à família de Nilda Carvalho Cunha, morta aos 17 anos de idade.

A Comissão Especial atravessou, até o momento, quatro mandatos presidenciais, e manteve uma coerente linha de continuidade. Durante o governo do presidente Lula, a Lei foi ampliada em sua abrangência e praticamente se concluiu o exame de todos os casos apresentados. Em agosto de 2002, foi editada a Lei nº 10.536, introduzindo alterações na Lei nº 9.140/95, ampliando a data de abrangência para as indenizações e reabrindo novos prazos para os pedidos de processos. Outra mudança foi feita em 2004. A Medida Provisória 176/2004, transformada na Lei nº 10.875/04, que passou a abranger os casos de mortes em consequência de *“repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público”*, e os suicídios cometidos *“na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público”*.

Caso a caso, as farsas montadas pela ditadura foram sendo desnudadas. As versões divulgadas pela imprensa da época, baseadas em notas oficiais dos próprios órgãos da repressão, foram sendo desmentidas por legistas e por peritos sérios e respeitados, que analisaram laudos de necropsia, fotos cadavéricas e de perícias de local, entre outros documentos. Em vez de *“suicídios”* e *“mortes por*

*atropelamento*", mortes sob torturas. Em vez de *"fugas da prisão"*, desaparecimentos forçados. Em vez de *"tiroteios"*, quase todos simulados, execuções à queima-roupa. Em vários casos, a ampliação de fotos cadavéricas permitiu a observação de marcas de algemas e de torturas em corpos de militantes dados como mortos em confronto com a polícia.

Surgiram assim revelações durante os trabalhos da Comissão Especial que surpreenderam a própria Comissão Nacional de Familiares. Casos reconhecidos pelo *"Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a Partir de 1964"* como de morte em tiroteio não ocorreram desse modo. Novas

provas demonstraram que esses militantes, após o confronto, foram presos, levados para dependências policiais e torturados até a morte.

Concluída a fase de análise, investigação e julgamento dos processos, a CEMDP se concentrou em dois outros procedimentos. O primeiro deles, iniciado em setembro de 2006 e já concluído, foi a coleta de amostras de sangue dos parentes consanguíneos dos desaparecidos ou dos mortos cujos corpos não foram entregues aos familiares, constituindo assim, um banco de dados de perfis genéticos – Banco de DNA – visando à comparação e identificação com certeza científica dos



Pichação na cidade do Rio de Janeiro, 1979. Acervo SNI.

A

restos mortais que ainda venham a ser localizados, bem como de ossadas já separadas para exame.

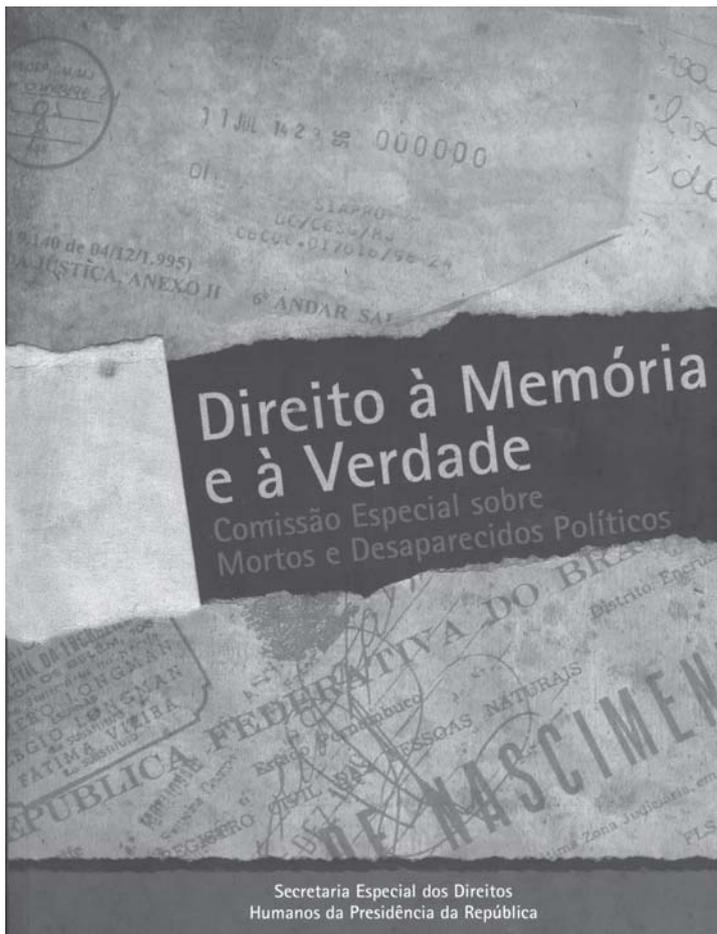
O segundo - em andamento - é a sistematização de informações sobre a possível localização de covas clandestinas nas grandes cidades e em áreas prováveis de sepultamento de militantes na área rural, em especial na região do rio Araguaia, no sul do Pará. Ao fazê-lo, a CEMDP estará cumprindo o disposto no Inciso II do Artigo 4º da Lei nº 9.140/95, que a criou: “*envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas de-*

C

*saparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados”.*

Em 28 agosto de 2007, outro importante passo foi dado para a recuperação desse período da história do Brasil. Na data, que marcou os 28 anos da publicação da Lei de Anistia, foi feito o lançamento do livro-relatório “*Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*”. Sinalizando a busca de concórdia, sentimento de reconciliação e os objetivos humanitários que moveram os 11 anos

E



Capa do livro *Direito à Memória e à Verdade*, organizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, publicado em 2007.

de trabalho da Comissão Especial, a publicação recupera a história de mais de 400 militantes políticos, que foram vítimas da ditadura militar no Brasil durante o período de 1961/1988. É um trabalho histórico, onde o Estado reconhece os direitos dos familiares dos brasileiros mortos e desaparecidos no regime militar. O livro significa o resgate da memória, da verdade e da justiça, sem revanchismo. Como salientou o ministro Paulo Vannuchi, da SEDH/PR, na ocasião do lançamento, *“nenhum espírito de revanchismo ou nostalgia do passado será capaz de seduzir o espírito nacional, assim como o silêncio e a omissão funcionarão, na prática, como barreira para a superação de um passado que ninguém quer de volta”*.

A CEMDP abriga também o Projeto Direito à Memória e à Verdade. Iniciado em 29 de agosto de 2006 - com a abertura da exposição fotográfica *“Direito à Memória e à Verdade – A ditadura no Brasil 1964 - 1985”*, no hall da taquigrafia da Câmara dos Deputados, em Brasília -, o projeto tem o objetivo de recuperar e divulgar o que aconteceu nesse período da vida republicana brasileira. São registros de um passado marcado pela violência e por violações de direitos humanos. Disponibilizar esse conhecimento é fundamental para que o país possa construir instrumentos eficazes e garantir que esse passado não se repita nunca mais.

Atualmente, o projeto tem três linhas de atuação: o livro-relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, os memoriais *“Pessoas Impres-*

*cindíveis”* e a exposição fotográfica *“A ditadura no Brasil 1964 – 1985”*, sempre acompanhada de debates nos locais onde é apresentada.

A tiragem inicial de 3.560 exemplares do livro-relatório foi distribuída para os familiares de mortos e desaparecidos citados no livro, bibliotecas públicas e entidades ligadas ao tema. O estado de Pernambuco fez uma edição para distribuição entre escolas e instituições, a qual foi lançada em abril de 2008. E, em dezembro de 2008, foi feita uma nova tiragem de 5.000 exemplares. Em parceria com o MEC – por meio do Projeto República da UFMG – o livro está sendo transformado em CD para ser distribuído em todas as escolas da rede pública do país. Esse CD vai ampliar o conteúdo do livro, com músicas, depoimentos, filmes e outros documentos da época.

Os Memoriais *“Pessoas Imprescindíveis”* recuperam um pouco da história dos brasileiros e brasileiras que deram suas vidas na luta pela democracia no país. São painéis e esculturas que buscam unir forma e conteúdo para dar aos visitantes uma visão do que foram os *“Anos de Chumbo”* no país. Feitos em vidro, os painéis trazem imagens dos homenageados e de situações que representam a repressão violenta do regime às ideias contrárias à perda do estado de direito no período da ditadura militar no Brasil. O aço aplicado sobre o vidro com os nomes vazados remete para a brutalidade e frieza e para o ambiente claustrofóbico das prisões e dos porões pelos quais passaram. Por ser um metal tosco, relacio-

na também o uso da força e das armas como forma de dominação. Um arcabouço sobre a verdade e a vida, que se mostra por meio das fotos de época e da figura dos homenageados.

Em novembro de 2006, foram homenageados os estudantes Antonio Carlos Nogueira Cabral e Gelson Reicher. O monumento está localizado no subsolo da Faculdade de Medicina da USP, em frente à

sede do Centro Acadêmico. No dia 07 de dezembro de 2007, foi inaugurado o memorial em homenagem a Chael Charles Schereier e Hiroaki Torigoe, dois estudantes da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. O painel está na sede do Centro Acadêmico. Em 28 de março de 2008, na Praça Ana Amélia, no centro do Rio de Janeiro, foi inaugurada uma escultura em homena-



Reportagem do Jornal em Tempo, de 1978, questionando o governo sobre os mortos e desaparecidos políticos. *Acervo SNI*.

gem ao estudante Edson Luiz Lima Souto. Em 18 de julho de 2008, no largo de Osasco (SP), foi inaugurado o memorial em homenagem aos trabalhadores José Campos Barreto, João Domingues da Silva e Dorival Ferreira. A obra foi feita em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos e a Prefeitura de Osasco, para celebrar os 40 anos da greve que mobilizou 12 mil trabalhadores de algumas das principais fábricas da cidade, em 1968. Em 16 de agosto de 2008, no Parque do Zizo (município de São Miguel Arcanjo, SP), foi inaugurada uma escultura em homenagem ao estudante Luiz Fogaça Balboni, o Zizo - morto em 24 de setembro de 1969. Em outubro, na sede do DOPS, em São Paulo, foram homenageados todos os estudantes presos pela repressão, por par-

ticiparem do 30º Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968, com destaque para os 22 mortos posteriormente pelo regime de exceção. Uma réplica desse painel foi exposta na Bienal da UNE, em janeiro de 2009, em Salvador (BA).

A terceira linha de atuação do Projeto, a exposição fotográfica "A ditadura no Brasil 1964 - 1985" recupera, de maneira exclusiva, desde os primeiros momentos do Golpe de Estado que mergulhou o país numa ditadura de 21 anos, até os grandes comícios populares das "Diretas Já". Imagens marcantes dos tanques militares na frente do Congresso Nacional, as passeatas estudantis, a resistência dos diversos grupos da sociedade civil, a censura de documentos, a violência, prisões e torturas estão expostas em grandes



Passeata dos estudantes cariocas contra o descaso do governo do estado nas obras do restaurante Calabouço. Rio de Janeiro, 29 de março de 1968. Acervo SNI

painéis que colocam o espectador dentro dos acontecimentos. Junto com as imagens, todos os fatos ocorridos nessa época são recuperados em um texto em ordem cronológica. A exposição tem 90 metros de comprimento por 1,80 m de altura. Trata-se de um formato flexível, podendo ser dividida em blocos de metragem menor e variada.

Sempre acompanhada de debates, a exposição já esteve em mais de 25 cidades brasileiras, capitais e interior, além de Buenos Aires e La Plata. Em janeiro,

a exposição esteve às margens do Rio Guamá, em Belém do Pará, durante o Fórum Social Mundial. Foi visitada, nessa ocasião, por mais de 80 mil pessoas.

Com essas atividades, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República cumpre o seu papel de buscar a verdade para que o Brasil tenha condições plenas para superar os desafios ainda restantes à efetivação de um robusto sistema de proteção aos Direitos Humanos.

---

Recebido em 13/02/2009

Aprovado em 17/02/2009